

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
6ª Sessão Ordinária de 2017

(Publicada no DECNMP, Caderno Processual, em 20/03/2017, págs. 1/23)

Dia: 28/03/2017

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 –
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata da 5ª Sessão Ordinária (14/03/2017).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 12/04/2016

2) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 14/06/2016

3) Proposição n.º 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001569/2014-04)

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Brasília

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/07/2016

4) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000229/2015-39

Requerente: Cândido Furtado Maia Neto – Procurador de Justiça/PR

Assunto: Trata-se de sugestão, para análise por parte do CNMP, da possibilidade de regulamentação de remoção por permuta entre membros vitalícios dos Ministérios Públicos Estaduais.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Paraná

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 23/08/2016

- 5) Inspeção n.º 0.00.000.000234/2016-22
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada na Procuradoria Geral da República.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 30/01/2017

- 6) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24
Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
- 7) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

- 8) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedidos de Vista em 21/02/2017

- 9) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)
Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
- 10) Inspeção n.º 0.00.000.000346/2016-83
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Escola Superior do Ministério Público da União
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção ordinária realizada na Escola Superior do Ministério Público da União.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedido de Vista em 14/03/2017

- 11) Correição n.º 0.00.000.000439/2016-16
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 3ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 12ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 18ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Serra, 2ª Promotoria de Justiça e Juventude de Serra, 4ª Promotoria de Justiça Cível de Serra, 4ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 11ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 13ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 14ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica e 15ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 13ª Sessão (26/07/2016)

12) Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80

Requerente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão (14/03/2017)

13) Correição n.º 0.00.000.000433/2016-31

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada em unidades do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (28/03/2017)

14) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001459/2012-72

Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade

Assunto: Termo de Referência modelo para o Projeto Executivo de Acessibilidade encaminhado pela Procuradoria Geral do Trabalho.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

Origem: Distrito Federal

15) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000203/2013-29

Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade

Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região/Campinas

Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região/Campinas.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

Origem: Distrito Federal

16) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000207/2013-15

Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade

Requerido: Procuradoria Geral da República

Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria Geral da República.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

Origem: Distrito Federal

- 17) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000216/2013-06
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 no Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 18) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000277/2013-65
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 no Ministério Público do Estado do Amapá.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 19) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000292/2013-11
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 20) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000392/2013-30
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Geral do Trabalho
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria Geral do Trabalho.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 21) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001497/2013-14
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Mato Grosso

- 22) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001540/2013-33
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: Ministério Público do Trabalho da 15ª Região/Campinas
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 23) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001553/2013-11
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 24) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001569/2013-15
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado da Paraíba/13ª Região
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 25) Correição n.º 0.00.000.000333/2016-12
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 26) Correição n.º 0.00.000.000464/2016-91
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição realizada em Órgãos de Controle Disciplinar das Unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 27) Correição n.º 0.00.000.000485/2016-15
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nos 1º ao 12º Ofícios da Procuradoria da República do Rio Grande do Norte – Sede.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

28) Correição n.º 0.00.000.000490/2016-10

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas Promotorias de Justiça Cíveis, da Família e da Fazenda Pública de Salvador/BA.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

29) Correição n.º 0.00.000.000527/2016-18

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araguaína/TO, 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palmas/TO, 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palmas/TO, 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palmas/TO, 27ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palmas/TO e 29ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palmas/TO e no Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GECEP.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

1) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00004/2015-08

Requerente: Paulo Eduardo Bueno

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 27/01/2016

2) Proposição n.º 1.00059/2015-09

Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho

Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Fábio Bastos Stica

- 3) Proposição nº 1.00126/2015-31
Proponente: Jarbas Soares Júnior
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedido de Vista em 21/06/2016

- 4) Proposição nº 1.00236/2016-01
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 23/08/2016

- 5) Nota Técnica nº 1.00431/2016-04
Proponente: Conselheiro Fábio Bastos Stica
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Nota Técnica. Projeto de Lei nº 233/2015, em trâmite no Senado Federal. Regramento do inquérito civil e dos procedimentos correlatos a cargo do Ministério Público.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Pedido de Vista em 27/09/2016

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00385/2016-16
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. Divulgação em site institucional de artigo de cunho político-ideológico. Utilização indevida de página eletrônica do órgão. Afronta aos princípios de impessoalidade, imparcialidade e de neutralidade das instituições quanto a ideologias político-partidárias.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 21/11/2016

- 7) Pedido de Providências nº 1.00717/2016-53
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 06/12/2016

- 8) Pedido de Providências nº 1.00654/2016-35
Requerente: Ser Glass Vidros Blindados Ltda.
Advogado: Carlos Humberto Fauze Filho – OAB/DF nº 43188
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal. Procuradoria de Justiça Militar no Estado de São Paulo. Empresa fabricante de blindagem transparente, fiscalizada pelo Exército. Extrapolação das atribuições ministeriais. Ilegalidade na requisição de instauração de processo administrativo ao Exército com indicação prévia de penalidade. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 30/01/2017

- 9) Pedido de Providências nº 1.00723/2016-83 (Recurso Interno)
Recorrente: Ministério Público do Trabalho
Recorrido: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional no Estado do Acre
Advogado: Marcos Vinicius Jardim Rodrigues – OAB/AC nº 2.299
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Acre. Indeferimento de acesso a advogado. Inquérito Civil nº 000150.2016.14.001/0. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Acre
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedidos de Vista em 31/01/2017

- 10) Procedimento Avocado nº 1.00308/2016-10
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2015. Decisão proferida no PCA nº 1.00296/2015.99.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

11) Procedimento Avocado nº 1.00310/2016-26

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Acre

Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2015. Decisão proferida no PCA n.º 1.00296/2015-99.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedidos de Vista em 14/02/2017

12) Pedido de Providências nº 1.00214/2015-15

Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Gozo de licença prêmio. Tempo de serviço na Administração Pública.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00556/2016-07

Requerentes: Ana Virgínia Santana Souza; Andréa Leite Torres; Anna Karina Rolim Cartaxo; Arian Dantas Meneses; Braulio Livio Dias Cavalcante Junior; Eduardo Vieira dos Santos Júnior; Gabriela Andrade Rocha; João Alberto Leonardo Clement Júnior; João Ribeiro de Almeida Neto; Juliana Gomes Rezende Doria; Luana Rocha Prado; Mariana Melo Gois Lebre; Monique Tielle Andrade Almeida; Márcio Silva Siqueira; Pedro Felipe Cardoso Mota Fontes; Roberta Conceição de Almeida; Rodolfo Galvão Costa; Stanley Kleber Nogueira Santos; Susana Raquel Cipriano Ramalho Sampaio; Sávio Roberto Amorim Aragão Silva; Thereza Raquel Macedo Guimarães; Thássia Karine Almeida Reis; Willde Pereira Sobral

Advogado: Mauricio Gentil Monteiro – OAB/SE n.º 2.435

Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Concurso público para provimento de cargos de Analista e Técnico. Edital 01/2013. Nomeação. Preenchimento irregular de vagas com pessoal requisitado, conveniado e comissionado. Prejuízo para os candidatos aprovados que aguardam nomeação.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Sergipe

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

14) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00656/2016-42

Requerente: Antônio Marcos de Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Promotoria de Justiça de Araguari. Alegação de inércia na conclusão de inquéritos civis que apuram graves suspeitas de irregularidades em contratos de prestação de serviços advocatícios celebrados com o município.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Minas Gerais

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 21/02/2017

15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00415/2015-40 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Embargado: Lorenzo Silva de Pazolini

Advogado: Marcus Felipe Botelho Pereira – OAB/ES n.º 8.258

Objeto: Sustação dos efeitos da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Anulação de questões. Concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Edital nº 1 – MPE/ES/2010.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Espírito Santo

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

16) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40

Requerente: José Carlos Cruz

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00349/2016-52

Requerente: Placido Barroso Rios

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ato. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Manutenção da classificação da 12ª Procuradoria de Justiça no âmbito cível. Processo Administrativo nº 99458/2016-5. Recomendação constante do item 52.18 do Relatório de Inspeção CNMP nº 0.00.000.000349/2013-74.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Ceará

Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

- 18) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00665/2016-33
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Ausência a diversas sessões do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão. Conduta incompatível com o cargo. Base na RD nº 1.00524/2016-66.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
- 19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00741/2016-65
Requerente: Tamar Oliveira Luz Dias
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Declaração de Vacância. Decisão instrumentada no Ato nº 372/2016, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Direito à declaração de vacância, em razão de posse em outro cargo público. Possibilidade de recondução.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Bahia
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedidos de Vista em 14/03/2016

- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00168/2016-17
Requerente: Francisco de Assis Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: David Raimundo Santos
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso para ingresso na carreira de Promotor Substituto. Suspensão de posse de candidatos. Irregularidade nos critérios para atendimento dos requisitos determinantes ao direito às vagas reservadas para candidatos negros.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Bahia
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 21) Pedido de Providências nº 1.00271/2016-11
Requerentes: Fabrini Muniz Galo; Luisa Domingues Ferreira Alves
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do Trabalho da 1ª Região. Inquérito Civil nº 002908.2015.01.000/8-14. Restrição de acesso aos autos.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

- 22) Reclamação Disciplinar nº 1.00706/2016-55 (Recurso Interno)
Recorrente: Ricardo Jasson Magalhães Machado do Carmo
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Bahia
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00874/2016-03
Requerentes: Paola de Castro Oliveira Santos Lemos; Wagner Rodrigues Gonçalves
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Servidora da Procuradoria da República no Estado do Amazonas. Requer a revisão da decisão que indeferiu a concessão de licença para acompanhamento de cônjuge com exercício provisório em qualquer unidade do MPU na cidade de Belo Horizonte/MG. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 24) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00053/2017-59
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Interessado: Helena Fiúza do Amaral
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Preservação da decisão proferida no Procedimento Avocado n.º 0.00.000.001857/2010-27. Atos do Colégio de Procuradores de Justiça e do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

- 25) Proposição nº 1.00312/2015-43
Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária (31/05/2016)

26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97

Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (13/06/2016)

27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

28) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Pernambuco

29) Proposição nº 1.00439/2015-53

Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Proposta de Resolução que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

30) Proposição nº 1.00395/2016-60

Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Adequação do Regimento Interno às disposições do Novo Código de Processo Civil.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (27/09/2016)

31) Proposição nº 1.00192/2015-39 (Embargos de Declaração)

Embargante: José Robalinho Cavalcanti

Objeto: Proposta de Recomendação que estabelece a política de comunicação social do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 22ª Sessão (21/11/2016)

32) Proposição nº 1.00077/2016-72

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

33) Proposição nº 1.00724/2016-37

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Proposta de Resolução. Política nacional de tecnologia da informação no âmbito do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (31/01/2017)

34) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00932/2016-45

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público Militar. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

35) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00937/2016-13

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00944/2016-05

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00946/2016-04
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 38) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00955/2016-03
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00958/2016-66
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão (14/02/2017)

- 40) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00315/2016-02
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogados: Daniel Holanda Leite – OAB/CE nº 13.714; Rodrigo Freire Carvalho – OAB/CE nº 22.886
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN nº 82/2016. Base na Reclamação Disciplinar CNMP nº 0.00.000.000016/2016-98. Falta de zelo nas funções. Excesso de Prazo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 41) Proposição nº 1.00927/2016-79
Requerente: Conselheiro Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acresce à Resolução CNMP nº 09/2006 os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 8º. Estabelece que no pagamento de valores passivos aos membros do Ministério Público, deve haver, nos contracheques, menção ao número da parcela e o total de parcelas, informação da rubrica para o pagamento e a metodologia de correção.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

42) Proposição nº 1.01042/2016-97

Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

43) Pedido de Providências nº 1.00038/2017-38

Requerente: Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Projeto e acordo de resultados. Ação Nacional de Promoção da Igualdade. Aprovação do Plenário do CNMP. Resolução CNMP nº 147/2016.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão (21/02/2017)

44) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01044/2016-02

Requerente: Synval Tozzini

Advogados: Braz Martins Neto – OAB/SP n.º 32.583; Mônica Moya Martins Wolff – OAB/SP n.º 195.096; Rachel Figueiredo Cavalcante – OAB/SP n.º 264.748; Martileide Vieira Perroti – OAB/SP n.º 203.711

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Superior. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00.002.000147/2013-57.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão (14/03/2017)

45) Pedido de Providências nº 1.00282/2016-10

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requeridos: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público brasileiro. Acompanhamento do cumprimento da Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 2/2011. Cadastro nacional de informações sobre ações coletivas (CNJ). Inquéritos civis e termos de ajustamento de conduta (CNMP).

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Distrito Federal

46) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00401/2016-70

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará

Advogados: Daniele de Araujo Gomes Vasconcelos – OAB/CE n.º 24.922; José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4697

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN nº 100/2016. Instauração de processo administrativo disciplinar. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Falta de zelo pelas garantias e prerrogativas institucionais e processuais. RD nº 0.00.000.000012/2016-18.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

47) Pedido de Providências nº 1.00441/2016-59

Requerente: Matheus Martins Moitinho

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ausência de Promotor de Justiça titular. Atuação. Comarca de Acajutiba.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Bahia

- 48) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00582/2016-26
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Serra Talhada. Alegação de inércia. PA n.º 1.26.001.000006/2004-47/2009. Denúncias de irregularidades envolvendo as atividades da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Pernambuco
- 49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00787/2016-75 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Piauí
Embargado: Eny Marcos Vieira Pontes
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Portaria PGJ/PI nº 1109/32016. Alegação de violação de escala de substituição de Promotorias de Justiça. Requer desconstituição do ato impugnado. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Piauí
- 50) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00902/2016-01
Requerente: Mario Ferreira Leite
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Edital PGR/MF nº 14/2016 para ingresso na carreira de Procurador da República. Prova Oral. Contestação de arguição individual de candidato. Requer áudio e imagem, em sessão pública, acessível a todos. Suspensão do certame para regularização e edição de novo ato normativo.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 51) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00939/2016-20
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Paraíba
- 52) Pedido de Providências nº 1.00957/2016-02
Requerente: Severino Antonio da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Promotoria da Infância e Juventude da Comarca de Duque de Caxias. Requer providências em razão do encaminhamento de denúncia por membro do Parquet.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Rio de Janeiro

- 53) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00998/2016-44
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Revisão de decisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2014.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 54) Proposição nº 1.01030/2016-35
Requerente: Conselheiro Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 55) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00037/2017-84
Requerente: Inacio Bernardino de Carvalho Neto
Requerido: Procuradoria Regional Eleitoral/PR
Objeto: Ministério Público Eleitoral no Estado do Paraná. Preservação da competência do Conselho. Decisão do Procurador Regional Eleitoral proferida nos autos da Notícia de Fato nº 1.25.000.002273/2016-30/PRE/PR. Impedimento de nomeação do requerente para o exercício da função eleitoral. Desrespeito à Resolução CNMP nº 30/2008 e à Resolução Conjunta nº 01/2012-PRE-PGJ. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Paraná
- 56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00048/2017-82
Requerente: Juliana Timponi Franca Schmidt
Requeridos: Ministério Público da União; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Ministério Público da União. Revisão da decisão proferida pelo Secretário-Geral do Ministério Público da União e pelo Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Procedimento de gestão Administrativa nº 08191.127108/2016-26. Licença para acompanhamento de cônjuge. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 57) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00068/2017-71
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. Excesso de prazo para envio de informações para instrução do PIC CNMP nº 0.00.000.000406/2016-68. Decisão proferida na Reclamação Disciplinar nº 1.01048/2016-19.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

58) Proposição nº 1.00074/2017-00

Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Recomendação. Garantia do acesso das pessoas em situação de rua às dependências do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

59) Pedido de Providências nº 1.00130/2017-34

Requerente: Giovanni Rosado Diogenes Paiva

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Determinação para que o Conselho Superior do Ministério Público cumpra o que dispõe a Resolução nº 005/2006-CSMP/RN. Consideração das atribuições das Promotorias de Justiça no julgamento dos processos de promoção e remoção por merecimento. Julgamento dos editais nº 008/2017-CSMP, 010/2017-CSMP e 012/2017-CSMP. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Rio Grande do Norte

Processos desta Sessão (28/03/2017)

60) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00022/2016-71

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Advogado: Adelmano Wellerson de Souza Benigno – OAB/MA nº 14.682

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. RD nº 0.00.000.00747/2014-71. Falsidade ideológica. Prática de ato incompatível com a dignidade e decoro do cargo.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

61) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00100/2016-00 (Embargos de Declaração)

Embargante: Stella Athanázio de Oliveira Santos

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024

Embargados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia. Processo Administrativo Disciplinar nº 150754/2014. Pena de censura por infração de dever funcional.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Bahia

- 62) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00176/2016-54
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4.697
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Procedimento Administrativo Disciplinar. Falta de zelo no cumprimento das funções. Excesso de prazo. Descumprimento de atos normativos. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camocim/CE.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 63) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00288/2016-41
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogados: Antonio Carlos da Costa e Silva – OAB/PI nº 1977; Pedro Filipe Batista Lima – OAB/PI nº 8.197; Aline Costa Reis Santana – OAB/PI nº 10.389
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Excesso de Prazo. Negligência. Desempenho de funções. Acórdão proferido no Processo CNMP nº 1.00261/2015-87.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 64) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00291/2016-00 (Embargos de Declaração)
Embargante: Jonaci Silva Heredia
Advogado: Marcus Felipe Botelho Pereira – OAB/ES n.º 8258
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Falta funcional. Base na Reclamação Disciplinar CNMP nº 0.00.000.000231/2016-99. Facilitação da prostituição.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 65) Reclamação Disciplinar nº 1.00363/2016-10 (Recurso Interno)
Recorrente: Hélio Pereira Cardoso Neto
Advogado: Anderson Nunes de Figueiredo – OAB/MT n.º 5324
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Mato Grosso
- 66) Reclamação Disciplinar nº 1.00402/2016-24 (Recurso Interno)
Recorrente: Construtora Villela e Carvalho Ltda.
Recorrido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de servidores do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Goiás

- 67) Reclamação Disciplinar nº 1.00512/2016-04 (Recurso Interno)
Recorrente: João Vita Fragoso de Medeiros
Advogados: João Vita Fragoso de Medeiros – OAB/PE n.º 12058; Melina Lyra de Almeida – OAB/PE n.º 1038-B
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Pernambuco
- 68) Reclamação Disciplinar nº 1.00588/2016-58 (Recurso Interno)
Recorrentes: Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – ADEMI-DF; Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON-DF
Advogados: Marcelo Antonio Rodrigues Viegas – OAB/DF n.º 18.503; Andréia Moraes de Oliveira Mourão – OAB/DF n.º 11.161
Recorrido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 69) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00736/2016-99 (Embargos de Declaração)
Embargante: Jamil Luiz Simon
Embargado: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Preservação da autonomia. Visa à declaração no sentido de ser facultativa a opinião ministerial sobre pedidos de tutela provisória e liminares. Determinação à Administração Superior que não conheça as remessas referentes ao art. 28, do Código de Processo Penal. Abstenção de remessa de cópias à Corregedoria Geral. Comarca de Campos do Jordão. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: São Paulo
- 70) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00752/2016-63
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Revisão da conclusão. Processo Administrativo Disciplinar Sumário nº 150604/2014. Base nas informações colhidas na RD nº 1.00616/2016-64.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Bahia

- 71) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00777/2016-20 (Embargos de Declaração)
(Apenso: Processos nºs 1.00833/2016-63; 1.00808/2016-06; 1.00869/2016-29)
Embargante: Maria das Graças do Monte Teixeira
Advogado: Álvaro Vilarinho Brandão – OAB/PI nº 9.914; Rafael Vilarinho da Rocha Silva – OAB/PI nº 14.999
Embargado: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Suspensão imediata da tramitação do Processo Administrativo nº 18950/2015. Atribuições da 32ª Promotoria de Justiça de Teresina. Atuação na Defesa do Consumidor. Preservação da Autonomia. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Piauí
- 72) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00778/2016-84 (Embargos de Declaração)
Embargante: José Carlos Paes
Embargado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Anulação do § 2º do art. 3º da Resolução GPGJ nº 2.062/2016. Procuradoria Geral de Justiça. Decisão de conveniência e oportunidade. Celebração de convênios para consignação em folha de pagamento.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Rio de Janeiro
- 73) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00815/2016-81 (Recurso Interno)
Recorrente: Marilucia Santos Sales
Advogado: Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Revisão de Processo Disciplinar nº 001/2015-MP/CGMP. Membro do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Pará
- 74) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00940/2016-82
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 75) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00997/2016-90
Requerente: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Colégio de Procuradores de Justiça. Resolução nº 18/2016. Requer a suspensão da eficácia e aplicabilidade de dispositivos que compõem o novo Regimento Interno do órgão. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte

76) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01068/2016-08

Requerente: Silvio Paulo Brabo Rodrigues

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Processos referentes à matéria ambiental. Distribuição às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente. Reconhecimento de caráter residual das Promotorias de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Pará

77) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01072/2016-20

Requerente: Elias Oliveira Silva Junior

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 59º Concurso para ingresso na carreira. Desconstituição de Ato Administrativo que julgou o recurso nº 14. Prova Oral relativa ao grupo I. Prosseguimento do requerente no certame. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Goiás

78) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01073/2016-84

Requerente: Lorena Falcão Macedo

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 59º Concurso para ingresso na carreira. Desconstituição de Ato Administrativo que julgou o recurso nº 8. Prova Oral relativa ao grupo I. Prosseguimento da requerente no certame. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Goiás

79) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01075/2016-91

Requerente: Marco Túlio Félix Rosa

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 59º Concurso para ingresso na carreira. Desconstituição de Ato Administrativo que não acatou parecer favorável da banca examinadora. Recursos da prova oral relativa ao grupo II. Prosseguimento do requerente no certame. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Goiás

80) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00001/2017-19

Requerente: Bruna de Paiva Canesin

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 59º Concurso de Ingresso na Carreira. Desconstituição de ato administrativo que indeferiu recurso. Requer habilitação para prova de tribuna. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Goiás

- 81) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00002/2017-72 (Recurso Interno)
Recorrente: Diana Soraia Tabalipa Pimentel
Advogado: Lucio de Almeida Braga Junior – OAB/AC n.º 3.876
Recorrido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Processo de Controle Administrativo n.º 10.2016.00000077-2. Tratamento de Saúde. Pedido de permanência em Rio Branco/AC, em virtude de ausência de serviço de saúde na Comarca de exercício. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Acre
- 82) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00023/2017-15 (Recurso Interno)
Recorrente: Evaldo do Ramos Dias
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Inércia. Denúncia nº 765408072016-9. Divulgação de dados sigilosos. Demora para inclusão do requerente em programa de proteção a testemunhas.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rio Grande do Norte
- 83) Pedido de Providências nº 1.00036/2017-20 (Recurso Interno)
Recorrente: Rodrigo Diegues Cruz
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposição. Realização de audiências públicas. Estudo para criação de Código de Ética e Disciplina aos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 84) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00042/2017-50
Requerente: Roberto Pinto dos Santos
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Anulação. Decisão do Procurador-Geral de Justiça. Indicação de Promotores de Justiça para o exercício das funções eleitorais. 93ª e 270ª Zonas Eleitorais de Piracicaba.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: São Paulo
- 85) Pedido de Providências nº 1.00063/2017-01
Requerente: Thiago Barros de Sousa
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Determinação para que integrantes de carreira tenham aproveitamento prioritário no programa de estágio, independentemente da participação em processo seletivo. Descontos no cumprimento da jornada de trabalho por horas cumpridas durante o estágio.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Rio de Janeiro

86) Pedido de Providências nº 1.00064/2017-57

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Interessado: João Mendes Benigno Filho

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Incompatibilidade de funções exercidas cumulativamente por membro. Exercício do cargo de 13º Promotor de Justiça da Comarca de Teresina e de Procurador do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Piauí.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Distrito Federal

87) Proposição nº 1.00078/2017-16

Requerente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 67/2011. Uniformização das fiscalizações em unidades de medidas socioeducativas. Situação dos adolescentes privados de liberdade em cadeias públicas.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

88) Pedido de Providências nº 1.00081/2017-85

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Divulgação de notícias acerca de sanções disciplinares aplicadas a membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Exposição e suposta violação da imagem pessoal. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Bahia

89) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00085/2017-08

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Critérios objetivos para promoções por merecimento. Não aplicação do art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 02/2005. Ausência de texto regulamentador no âmbito do Parquet baiano. Publicação de editais de remoção e promoção por merecimento nº 18/2017 e 20/2017.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Bahia

90) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00129/2017-82 (Recurso Interno)

Recorrente: Claudio Barbosa Fontes Filho

Recorrido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Suspensão da eleição para formação de lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Cancelamento da convocação de todos os membros do Ministério Público de Santa Catarina. Prejuízos ao regular funcionamento dos serviços forenses.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Santa Catarina

91) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00164/2017-92

Requerente: Lourenço Pereira Marques

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Inércia. Apuração de irregularidades. Prefeitura e Empresas Públicas do Município de Marechal Cândido Rondon.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Paraná

92) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00170/2017-12

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Rio Grande do Norte. Concurso público para provimento de vagas do quadro de servidores. Edital n.º 01/2017. Exigência de conhecimento de história do Rio Grande do Norte e aspectos geoeconômicos do Estado. Suposto atentado à isonomia constitucional em relação a candidatos de outros Estados.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Rio Grande do Norte

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público